

(18)

CARTA AO JORNALISTA ARI CUNHA

Ilmo. Sr.
ARI CUNHA

Ao ler sua coluna do dia 11 de junho sinto-me na obrigação de responder por quem não pode fazê-lo. O deputado Alencar Furtado foi cassado por se referir em seu discurso "as viúvas, aos viúvos, as filhas e filhos do "talvez". São os presos, torturados, mortos, "suicidados" e desaparecidos pela Ditadura Civil e Militar de 1964.

Existem famílias que lutam desde 1964 para que o Estado Brasileiro assuma as perseguições políticas e administrativas feitas em todo o país contra funcionários civis, militares, sindicalistas, empresários, religiosos, e até jornalistas como nós.

As indenizações que você chama de "Demagógica" fazem parte desta luta de mais de três décadas. O que os familiares estão tentando conseguir é que o Estado Brasileiro assuma que prendeu, torturou, assassinou e desapareceu com centenas de cadáveres que ainda estão sem sepultura monumentada em cemitérios ou nos cartórios de registro civil.

Falta-lhe, infelizmente, o conhecimento sobre as tragédias e dramas vividos por viúvos e viúvas, filhos e filhas desses cassados, torturados, assassinados e desaparecidos. Eles perderam seus empregos, patrimônios, carreiras profissionais e políticas, e tiveram desagregações familiares que ainda perduram há mais de três décadas.

A anistia promulgada por João Figueiredo em 1979 até hoje não é obedecida e respeitada. Mais de 1.500 marinheiros estão até este momento sem anistia. E qual o crime que cometeram? Criaram uma associação que pugnava apenas pelo direito dos marinheiros poderem estudar e casar. João Cândido acabou com o castigo da chibata, mas esses outros "castigos" existiam meio século depois da "Revolta da Chibata".

O nosso colega, jornalista Hermano Alves, com 42 anos de carreira assinada recebe 458 reais, isso porque os "entulhos autoritários" dentro do INSS negam-lhe os paradigmas dados a Márcio Moreira Alves por exemplo, e que foi, como ele, cassado em seu mandato de deputado em 1968.

Em 1980, em sua coluna você deu uma nota fornecida pelas entranhas da ditadura e da DSI do Ministério do Trabalho de que um indivíduo requerera anistia no Ministério do Trabalho sem nunca ter sido funcionário. Em 1979, logo ~~APÓS~~ João Figueiredo promulgar a Anistia esse "pequeno vigarista" requereu a anistia anexando uma cópia do Habeas Corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal em 1968 para provar que fora preso em 1967, uma certidão da Auditoria da Quarta Região Militar de que fora preso e cumpriu condenação em Brasília, Juiz de Fora e no Rio de Janeiro, uma certidão do Superior Tribunal Militar de que esteve preso, com os direitos cassados por dez anos e anistiado após cumprir sentença. No pedido de anistia o "pequeno vigarista" anexou a sua carteira funcional, contracheques e a identidade expedida pelo então DASP como um dos dois funcionários do Ministério do Trabalho que cursava na Escola do Serviço Público o curso de "Técnica e Prática de Legislação de Pessoal". Com todas essas provas fornecidas pelos Tribunais Superiores e órgãos governamentais a anistia foi-lhe negada e promovida uma tentativa de sua desmoralização da qual, creio, você foi um "inocente útil". E pasme caro Ari Cunha, até hoje, com todas essas provas eu, Jarbas Silva Marques, ainda não fui anistiado. Eu sou aquele a quem se negou o direito e pelas linhas da sua coluna "Visto, Lido e Ouvido" fui apresentado como vigarista em 1980.

Mas, deixemos meu caso de lado e vamos às "Indenizações Demagógicas" apenas para três mortos brasileiros: Honestino Guimarães, Paulo de Tarso Celestino e Mariano Joaquim da Silva.

Por vinte e sete anos, a professora Maria Rosa Monteiro Guimarães, percorreu quartéis, ministérios e repartições públicas em busca de seu filho Honestino Monteiro Guimarães. Somente no ano passado, o Governo Brasileiro assumiu que o prendeu, torturou, o matou e desapareceu com o seu corpo. Coube a sua filha Juliana fazer o registro de óbito em um Cartório no Rio de Janeiro, 26 anos depois do seu desaparecimento. Dona Maria Rosa, a mãe, Isaura, a viúva e Juliana, a filha, buscaram esse tempo todo apenas a legalização de um fato perante as leis e ao nosso povo desse crime político.

Ponha-se agora apenas como acompanhante da também professora Zuleica Celestino e todas as tardes, durante 29 anos você vá a um apartamento na superquadra 405 da asa sul e acompanhe ela fazer todas as tardes um jantar com a comida que seu filho gostava e esperá-lo para o jantar. Esse filho, Paulo de Tarso, líder estudantil na UnB, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Distrito Federal, foi preso torturado e morto na Casa da Morte de Petrópolis, sob as mãos do hoje general de brigada Ricardo Agnese Fayad, como declarou seu companheiro nas torturas, o tenente Lobo. Imagine a dor e três décadas dessa tortura diária que se estendeu a ela.

Vamos a outro caso, em 1963, um dos maiores fornecedores de hortaliças no Núcleo Bandeirante era um chacareiro risonho e alegre, com sua esposa e muitos filhos que o ajudava na lida. Você pode até ter consumido as verduras e legumes que ele fornecia à nascente Brasília. Em 1971, na mesma casa da Morte de Petrópolis, onde Paulo Celestino foi assassinado, esse lavrador nordestino que se chamava Mariano Joaquim da Silva foi assassinado e figura como "desaparecido político". Sua viúva e seus oito filhos por onde andarão? Quem ocupa a chácara no Núcleo Bandeirante que foi dele?

Por isso caro Ari Cunha, julgo que você deve ouvir, ler e ver a realidade que se esconde nos dramas e tragédias de parte de nosso povo, que além de continuar sofrendo a extensão das mãos da ditadura, tem seus filhos heróis e heróicos vilipendiados como se seus parentes e descendentes estivessem vendendo seus gritos, suas dores e seus corpos sem sepultura por vis reais.

Brasília, 12 de junho de 2000

Jarbas Silva Marques

JARBAS SILVA MARQUES
SQ 15 Q. 11 CASA 36 - CIDADE OCIDENTAL-GO
CEP: 72.880-000

- Jornalista, registro no Ministério do Trabalho e Emprego nº 717/05/51v/DF
- Professor
- Membro do Instituto Histórico e Geográfico do DF